

Recordando Joaquim Paço d' Arcos

A obra de um escritor pode também lançar alguma luz sobre a sociedade do seu tempo e os dramas e os conflitos que afectaram tantos destinos individuais. Não é só o historiador ou o analista político que recupera e classifica essa memória, por vezes sob ópticas condicionadas pela sua própria visão dos factos. Também o escritor, o próprio político e tantos outros actores do palco no mundo nos deixam, noutras linguagens, o retrato do seu tempo.

Que este tema tenha sido escolhido para referência e comentário perante auditório porventura mais habituado a questões do foro da ciência política e da análise social, deve ser entendido como exemplo de que a obra de um escritor pode também lançar alguma luz sobre a sociedade do seu tempo e os dramas e os conflitos que afectaram tantos destinos individuais. Não é só o historiador ou o analista político que recupera e classifica essa memória, por vezes sob ópticas condicionadas pela sua própria visão dos factos. Também o escritor, o próprio político e tantos outros actores do palco no mundo nos deixam, noutras linguagens, o retrato do seu tempo.

Descontado que o filho do escritor lhe venha fazer a hagiografia, que mérito pode ter o meu breve depoimento, senão o de apontar algumas pistas para melhor introduzir, ou reavivar em alguns casos, o perfil da obra e do seu autor.

A primeira, e negativa constatação a partilhar convosco é que se trata de acto quase isolado. Não suscitou a passagem dos cem anos do nascimento de meu Pai, qualquer curiosidade ou emoção nos meios académicos ou nos órgãos que têm por vocação debruçar-se sobre a cultura nacional e assegurar a sua preservação. (Abro aqui, para além deste acto de iniciativa da Universidade Católica, outra excepção para referir o acordo entre os herdeiros e a Universidade Lusíada que se traduziu pela doação do seu espólio literário, nomeadamente os manuscritos das suas obras, e parcela da sua biblioteca, ficando a cargo daquela instituição a sua catalogação, análise e disponibilização aos estudiosos, tudo arquivado e exposto em espaço próprio).

A recente publicação do volume “Correspondência e Textos dispersos 1942 – 1979”, corajosamente promovida pela editora D. Quixote, com base em aturado esforço de selecção a cargo de meu irmão João Filipe (e com umas tesouradas da minha responsabilidade), originou breves comentários em algumas páginas literárias, mas terá quase passado despercebida às multidões que, e bem, invadem as nossas livrarias, estonteadas pela variedade da oferta de ficção contemporânea que lhes é vendida pelas técnicas de marketing mais sofisticadas.

Estamos nós assim, aqui e hoje, a fazer mera arqueologia

cultural ou terá a obra em causa, decorridos cinquenta ou sessenta anos sobre a sua elaboração, relevância artística ou social que justifique a teimosia de alguns em a trazer para a ribalta?

Não me cabe a mim dar resposta a esta questão. Teve a obra romanesca de meu Pai sucesso junto de largos estratos do público e da crítica da época, anos trinta a sessenta, e expressiva difusão internacional. O acelerar da história e da paralela produção cultural nas décadas intervenientes remete para um passado distante a sua memória, soterrada, com a de tantos dos seus contemporâneos, pela avalanche da criação literária mais recente. Sem ter alcançado o estatuto de um “clássico” (quantos em duzentos anos da moderna literatura portuguesa o atingiram?) jaz assim no limbo dos autores quase esquecidos, em excelente mas melancólica companhia.

MAS FALEMOS ENTÃO DO ESCRITOR

Nasceu e cresceu nosso Pai no seio do que designaria por uma burguesia de valores, voltada para o serviço público, por contraste com as paralelas burguesias de vocação académica e intelectual ou a mais visível burguesia de base económica e empresarial. Foram seus Avô paterno e seu Pai distintos oficiais de marinha, à época sinónimo de prolongado serviço no Ultramar, governadores de Macau, do Estado da Índia, em Angola e em Moçambique; e que nessas missões distantes e complexas não acumulavam qualquer património e de que regressavam directamente para a modéstia do seu soldo na Metrópole.

Foi meu bisavô dedicado servidor da monarquia e por ela nobilitado (como aliás centenas de outros seus contemporâneos no reinado de El Rei D. Luís); já meu avô, desde muito cedo aderiu aos ideais republicanos a que se manteve sempre fiel. Mas de igual forma cultivaram elevados valores cívicos e morais, alheios à prática política das suas épocas, de que eram actores secundários.

Foi esse o horizonte da infância e da adolescência de meu Pai; Angola aos quatro anos; Macau aos onze anos; dois meses de viagem de ida e, três anos decorridos, dois meses de viagem de regresso, completada como recordava, a volta ao Mundo antes de ter efectuado a travessia de Belém à Trafaria. Seguir-se ia, aos dezassete anos a estadia em Moçambique, ao lado de seu Pai, Governador dos territórios da, à data majestá-



tica, Companhia de Moçambique. E, quase de seguida a partida para o Brasil e o fracasso da sua experiência de antiquário, aos vinte anos, em S. Paulo. Era outro o ritmo de vida nesse tempo, permitindo absorver impressões, cenários e experiências que hoje atropelamos à quase velocidade do som.

Foi com o pano de fundo de esta itinerância que cedo despertou em nosso Pai a vocação de escritor, processo que nos deixou bem documentado, com os seus avanços e recuos, nos três volumes das suas Memórias e de que são testemunhos os primeiros romances e contos: Herói Derradeiro, Amores e Viagens de Pedro Manuel, Diário de um Emigrante.

Ao longo dos anos trinta e quarenta, já fixado em Lisboa foi meu Pai desenvolvendo a sua obra e definindo-se a si próprio como romancista, em época em que a crítica anunciava ser o romance “coisa que não existia em Portugal”; Em conferencia datada de 1943, e intitulada “ O Romance e o Romancista”, publicados apenas os dois primeiros volumes dos seis que viriam a constituir a “Crónica da Vida Lisboaeta”, analisava de forma que creio extremamente lúcida e actual as perspectivas do romance português, fora dos estreitos limites do regionalismo, de imposições doutrinárias ou das grilhetas do estilo.

Situava-se meu Pai, enquanto escritor, na tradição de Stendhal que, interrogado por um desconhecido sobre qual a sua ocupação, respondera: “Je suis un observateur du coeur humain”. Creio que teria sido como observador das paixões da alma e do coração que também ele gostaria de ser recordado. Os tipos humanos, sobretudo os femininos, que povoam a sua obra e cujos dramas e sentimentos registou ao longo de tantas páginas, seriam certamente para ele o seu mais valioso legado.

Mas esses enredos desenvolviam-se no cenário das grandes convulsões mundiais da primeira metade do século e os escritores eram chamados a tomar partido por um ou outro campo. Em Portugal, a tomada do poder por um regime de direita alinhou naturalmente o grosso da “intelligentsia” nacional com as ideologias de esquerda, em tantos casos nas suas variedades de inspiração marxista. Por contraste com outras reputações, o ocaso da obra de nosso Pai resulta, em não pequena medida, do facto de ele nunca ter sido detido para interrogatório pela PIDE ou não ter participado nas manifestações da oposição. Era, com efeito, outro o seu campo de acção como escritor, inspirado por uma visão realista da sociedade, que o imunizava contra as correntes mais extremistas que à esquerda e à direita disputavam o apoio das consciências. E, para trazer aqui um depoimento insuspeito de quem, expulso da Universidade como tantos intelectuais da esquerda moderada, se vira forçado a sobreviver por longos anos no exílio, recordo as palavras de António José Saraiva na inesquecível correspondência que então mantinha com Óscar Lopes, outro lúcido analista, e mais à esquerda, da obra de nosso Pai. Escrevia ele em 1970:

“Paço d’ Arcos não é um grande escritor, longe disso, mas dá a realidade da nossa média e alta burguesia, com uma frieza implacável, como nenhum dos nossos neo-realistas. Porquê? Por-

que conhece aqueles meios como os seus dedos? Talvez, mas sem dúvida por outra razão ainda: porque o não teoriza, não o mete num esquema preconcebido. Os nossos neo-realistas teorizam, ideologizam o povo e a burguesia. Alguns mesmo conhecem mal um e outra. Daí que façam da burguesia uma caricatura pouco convincente (o retrato de Paço d’ Arcos é infinitamente mais cruel); e que cantem um povo idealmente histórico, em termos de que o Camilo certamente se riria. Para resumir, para conhecimento do nosso povo rural os neo-realistas nada acrescentaram ao Camilo e ao Aquilino; para o conhecimento da nossa burguesia cidadina, nada acrescentaram ao Eça e ao Teixeira de Queiroz, e ficam muito abaixo do Paço d’ Arcos.”

E termino esta excursão literária apenas com uma pergunta: será que esse estrato da sociedade, se Paço D’ Arcos escrevesse hoje, seria por ele retratado em termos muito diferentes dos de há 60 anos?

Para fechar o círculo destas, pela sua extensão, já quase impertinentes considerações, atrevo-me a regressar ao domínio da nossa história moderna e dirigir a Vossa residual atenção para as

passagens dos três volumes das suas memórias que dão vivo testemunho da nossa atribulada vida colectiva nas segunda, terceira e quarta décadas do século passado. Algumas páginas com o relato das convulsões da Primeira República e da transição para o Estado Novo, parecem-me constituir valioso contributo para a verdadeira história desses anos, despidas de qualquer cor ideológica. E não resisto assim, à guisa da conclusão, a ler-vos uma breve referência no Volume III daquelas memórias, às circunstâncias em que o Dr. Oliveira Salazar ascendeu em 1932 à Presidência do Conselho, sucedendo ao General Domingos de Oliveira, com quem servira como Ministro das Finanças, durante mais de dois anos:

“A 5 de Julho, Salazar devia tomar posse da Presidência do Conselho. Devia e tomou...

Juntaram-se, numa oposição de última hora, oficiais monárquicos, que a morte súbita do rei exilado ainda não surpreendera, civis e militares do movimento nacional-sindicalista, que Rolão Preto estava em vias de organizar e granjeava adesões nas gerações novas, e simples tenentes e capitães, daqueles que, desde o 28 de Maio, julgavam desempenhar papel político para o qual não tinham preparação nem sequer cultura...Senhores de forças militares consideráveis, Caçadores 5, as unidades da zona de Campolide, os oficiais jovens e os civis politizados tentaram ainda à última hora dar o golpe que poria fim a toda a construção pacientemente alicerçada nos últimos dez dias.

... Salazar, plenamente informado da ameaça iminente, nem por um instante se deixou atemorizar. Enviou um emissário seu consultar o general Farinha Beirão, comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, sobre se lhe garantia as condições para a tomada de posse. A Guarda Republicana era ao tempo uma força poderosa em efectivos e material. Farinha Beirão enviou a mensagem: “Diga ao fradinho que pode ir tomar posse descansado.” Era assim que ele se referia sempre a Salazar, com paternal afeição. Mas naquele instante a frase benevolente traçou, por meio século, os destinos de Portugal.” ●

